

## Asalariados vs principios de proporcionalidad y equidad tributaria en México

*Salaried vs principles of proportionality and equity tax in Mexico*

*Princípios assalariados e fiscais da proporcionalidade e da equidade no México*

**Miguel Ángel Haro Ruiz**

Centro Universitario UTEG, México

[miguel.haro@uteg.edu.mx](mailto:miguel.haro@uteg.edu.mx)

**Carmen Álvarez Esquivel**

Centro Universitario UTEG, México

[calvarez@uteg.edu.mx](mailto:calvarez@uteg.edu.mx)

**Maricela Álvarez Esquivel**

Centro Universitario UTEG, México

[malvarez@uteg.edu.mx](mailto:malvarez@uteg.edu.mx)

### Resumen

En la actualidad la carga fiscal de los asalariados en México, en específico el Impuesto Sobre la Renta (ISR), representa 35 % del total de sus ingresos, en comparación con otros contribuyentes, como las personas físicas, quienes obtienen ingresos por actividades empresariales y profesionales y cuya carga fiscal les representa 15 % del total de sus ingresos.

La presente investigación es un estudio comparativo y descriptivo de las constituciones mexicana, española y colombiana, sobre las garantías individuales y los derechos humanos de los contribuyentes de cada país; además permite identificar y evidenciar la carga contributiva de los asalariados, que afecta de manera importante su patrimonio personal y familiar, como el derecho al mínimo vital, el principio prohomine, la proporcionalidad y equidad tributaria, entre otros, violentando sus derechos humanos, garantías individuales y demás disposiciones establecidas en la Constitución mexicana, máxima norma jurídica de aplicación estricta.

**Palabras clave:** asalariados, carga fiscal, proporcionalidad, equidad.

### Abstract

Currently the tax rate of salary employee in Mexico, in particular the Income Tax (ISR by its name in Spanish), represents 35% of the total income, in comparison with other contributors, such as individuals who derive income from business and professional activities and whose tax rate represents 15% of the total income.

The present research is a comparative and descriptive study of the Mexican, Spanish and Colombian constitutions, on the Individual Guarantees and Human Rights of taxpayers in each country; it also allows to identify and highlight the employees tax rate, that significantly affects their personal and family heritage, the minimum vital, the pro homine principle, the proportionality and equity of tax, among others, violating their human rights, Individual Guarantees and other provisions established by the Mexican Constitution, maximum legal standard of strict application.

**Key words:** Salaried, tax rate, proportionality, equity.

### Resumo

Atualmente, a carga fiscal dos trabalhadores no México, especificamente o Imposto de Renda (ISR), representando 35% da receita total, comparados a outros contribuintes, tais como indivíduos que ganham rendimentos provenientes da actividade de negócios e profissionais e cuja carga tributária representa-os 15% do seu rendimento total.

Esta pesquisa é um estudo comparativo e descritivo da mexicana, espanhola e colombiana constituições, sobre as garantias individuais e os direitos humanos dos contribuintes em cada país; também para identificar e destacar a carga fiscal dos trabalhadores, o que afeta significativamente os seus bens pessoais e familiares, tais como o direito a um salário mínimo, o princípio de homine, da proporcionalidade e da equidade fiscal, entre outros, violando seus direitos humanos, garantias individuais e outras disposições da Constituição mexicana, o mais alto padrão legal de aplicação estrita.

**Palavras-chave:** empregados, carga tributária, proporcionalidade, igualdade.

**Fecha recepción:** Diciembre 2015

**Fecha aceptación:** Junio 2016

---

## Introdução

A Lei de Imposto sobre o Rendimento (Income Tax Law) de 2016 estabelece no seu quadro regulamentar vários regimes fiscais aplicáveis às pessoas singulares residentes no México, independentemente da sua fonte de riqueza, bem como os residentes no estrangeiro com uma fonte de riqueza no território nacional tudo no que diz respeito à actividade principal, que lhes permite ganhar renda. A Lei de Imposto de Renda distingue as diferentes formas em que os indivíduos ganham a renda, bem como os diferentes momentos de causalidade e acumulação dos mesmos. O ponto de discussão e análise da pesquisa é sobre os diferentes tipos de deduções fiscais permitidas tais contribuintes podem fazer o seu lucro tributável, para depois dessa redução de receitas tributáveis ou base de cálculo, que é usado para calcular e determinar a o imposto de renda (ISR) no comando, de acordo com os artigos 96 e 106 da Lei de imposto de renda.

A estrutura do Título IV da Lei de Imposto de Renda em vigor inclui vários capítulos que definem os diferentes regimes fiscais dos indivíduos no México, entre os quais estão os seguintes:

- Rendimentos de Salários e Vencimentos
- Receita de Negócios e Profissionais Actividades
- Renda e concede o uso ou fruição de bens
- Eliminação Income Property
- Aquisição de propriedade de Renda
- A receita de venda de ações na Bolsa de Valores
- Margem, entre outros.

Este estudo descritivo comparativo visa mostrar que a Lei do Imposto de Renda estabelece diferentes mecanismos para a determinação da base de cálculo utilizado para calcular o imposto de renda a pagar, embora a análise centra-se exclusivamente no Título IV dos indivíduos. Como já mencionado, ele inclui vários tratamentos capítulos, isenções especiais e exceções; em alguns casos, há indivíduos que executam a mesma atividade, mas executam de forma diferente, o que faz com que o tratamento fiscal é diferente e, portanto, que a desigualdade fiscal é gerado quando da determinação da matéria colectável e do imposto de renda na função.

O trabalhador não tem mecanismos legais e fiscais que permitam contribuir para as despesas públicas de forma proporcional e justa, com respeito à sua capacidade de pagamento, tal como definido pela Jiménez (2014). Os impostos a ser proporcional, deve ser configurado em uma lei para que quem tem de suportá-los fazê-lo apenas em termos de sua capacidade de contribuir ou a sua capacidade económica, e que o valor resultante pelo sujeito é consistente com sua capacidade de pagamento. Em outras palavras, a parte obrigada deve ser capaz de fazer sem uma parte de sua renda ou a renda destinar-los para a despesa pública, sem que tal implique afetar tudo o que é necessário para atingir o mínimo vital que lhe permitem sobreviver de maneira digna.

Por sua vez, Carrasco (2003) afirma que a proporcionalidade pode ser entendido que a lei fiscal deve ser geral, sem exceção e conhecer a capacidade económica dos contribuintes. Também interpretado no mesmo sentido a importância de fazer com que o imposto directamente relacionada com a capacidade de pagamento ou, em outras palavras, com a capacidade de contribuir para a despesa pública.

Enquanto isso, Reyes (1990) considera que o princípio da proporcionalidade significa compreende tributo igualmente a todas as pessoas que estão na mesma situação ou circunstância. No caso particular desta pesquisa uma análise comparativa entre dois indivíduos que realizam a mesma atividade é realizada, mas para a relação contratual tributados em diferentes regimes fiscais capítulos ou contidas na Lei de Imposto de Renda em vigor.

De acordo com a última reforma trabalhista de 2014, foi contemplada a importância de proteger o poder de compra dos trabalhadores, compatível com as suas funções e responsabilidades saláris decentes, considerando as alterações introduzidas no texto da Lei Federal do Trabalho. Em teoria, se destina a proteger os benefícios legais mínimos de toda a classe operária, particularmente o salário e outras percepções que lhe permitem sobreviver e sustentar suas famílias. O oposto aconteceu com a reforma que ocorreu na Lei de Imposto de Renda a partir de 2014 e que a data permanece em vigor, no aumento da taxa máxima de 30% para 35% e também bater as deduções pessoais de indivíduos estabelecidos no artigo 151 da Lei de Imposto de Renda. Com essa modificação a possibilidade de redução da matéria colectável ou de utilidade para determinar o imposto de renda devido pelo contribuinte, o que afeta os bolsos da classe trabalhadora no nosso país diminuiu.

Capítulo I do Título IV da Lei de Imposto de Renda estabelece mecanismos que deveriam ser tributados indivíduos que recebem rendimentos de salários e, geralmente, pela prestação de um serviço pessoal subordinado; Neste sentido, é importante identificar os sistemas fiscais que regulam a produção de renda, bem como aqueles que estão sujeitos a imposto de renda, e para avaliar o impacto e impacto financeiro sobre a classe trabalhadora gerada porque esse regime fiscal não fornece a opção de deduzir da base tributável quaisquer despesas que tenham sido indispensáveis para obter renda.

Face ao exposto, o artigo 96 da Lei de Imposto de Renda fornece:

Aqueles que fazem pagamentos para os elementos referidos neste capítulo são obrigados a fazer deduções mensais e inteiros têm o carácter de pagamentos intermédios de imposto anual. Nenhuma retenção será feita a pessoas no mês única cobram um montante correspondente à área geográfica do salário mínimo contribuinte.

A retenção é calculado de acordo com todos os rendimentos auferidos em um mês calendário, o seguinte:

## TARIFA MENSUAL

Límite inferior	Límite superior	Cuota fija	Por ciento para aplicarse sobre el excedente del límite inferior
\$	\$	\$	%
0.01	496.07	0.00	1.92%
496.08	4.210.41	9.52	6.40%
4,210.42	7,399.42	247.24	10.88%
7,399.43	8,601.50	594.21	16.00%
8,601.51	10,298.35	786.54	17.92%
10,298.36	20,770.29	1,090.61	21.36%
20,770.30	32,736.83	3,327.42	23.52%
32,736.84	62,500.00	6,141.95	30.00%
62,500.01	83,333.33	15,070.90	32.00%
83,333.34	250,000.00	21,737.57	34.00%
250,000.01	En adelante	78,404.23	35.00%

Aqueles que fazem pagamentos de bônus anual, participação nos lucros, bônus e pagamento de férias domingo, pode fazer retenção de imposto de acordo com os requisitos estabelecidos pela regulamentação desta Lei; nas disposições do referido regulamento aplica-se que a retenção pode ser feito em outros rendimentos obtidos durante o ano civil.

Aqueles que fazem as deduções referidas neste artigo, serão deduzidos do rendimento total recebido no mês calendário, o imposto local sobre os rendimentos de salários e, geralmente, pela prestação de um serviço pessoal subordinado que, se necessário, que tinham retido no mês em questão, desde que a taxa de esse imposto não poderá exceder 5%.

Em nenhum lugar a norma fiscal corrente afirma que você pode fazer deduções necessárias a partir dos rendimentos auferidos por esses contribuintes, e também a obrigação de calcular o imposto é transferido para o devedor de tais conceitos e não para o contribuinte, como no outros regimes fiscais.

## Desenvolvimento da análise das disposições regulamentares

Para contextualizar o envolvimento financeiro ea capacidade de pagamento dos funcionários no México, é necessário analisar o Capítulo I do Título IV da Lei de Imposto de Renda, que estabelece as regras fiscais dos contribuintes individuais que ganham renda de salários e, em geral, através do fornecimento de um serviço pessoal subordinado. A partir do exposto as disposições do artigo 95 da Lei de Imposto de Renda, que são considerados os rendimentos recebidos pela prestação de um serviço subordinado pessoal, salários e outros benefícios decorrentes de uma relação de trabalho, entre outros benefícios, incluindo os relacionados com a separação e cessação da relação de emprego.

Além do artigo acima mencionado inclui uma série de renda são tratados como salários:

- Os salários e outros benefícios pagos aos executivos e funcionários da Federação, estados e municípios, bem como as forças armadas.
- Avanços e rendimentos pagos aos membros das sociedades cooperativas, sociedades civis e associações.
- As taxas para os membros dos conselhos de administração, vigilância gestores, entre outros.
- Os horários para os prestadores de serviços predominantemente a um mutuário.
- As taxas cobradas por indivíduos de pessoas morais que os pagam serviços pessoais independentes, entre outros.

É obrigatório para as pessoas a pagar impostos os rendimentos acima do regime fiscal comumente referido empregados; É importante notar que no esquema para determinar a base de cálculo utilizada para o cálculo do imposto de renda na frequência de obtenção de rendimentos (semanal, dez, quinzenal, mensal, etc.), nenhuma dedução é contemplada qualquer, de modo que deve questionar os poderes legislativo e executivo as razões para um tratamento desigual e injusto de funcionários em comparação com outros regimes fiscais, como indivíduos que recebem rendimentos de actividades empresariais e profissionais, uma vez que este lhes que não permite a dedução de todas as despesas e as despesas estritamente necessário para a admissão.

Deve analisar por que os funcionários não podem deduzir dos seus rendimentos tributáveis todas as despesas e gastos que são estritamente necessários para a admissão: os custos de transporte, custos de formação e atualização, vestuário e calçado, entre outros; se não é essencial, o empregado não poderia viajar para o seu local de trabalho para exercer as suas funções, nem poderia realizar seu trabalho profissional de forma eficiente e com qualidade, nem poderia vir a trabalhar de acordo com o código de vestimenta que obriga a entidade patronal a quem presta o seu serviço.

Ao negar empregados o direito de reduzir todos os gastos e despesas estritamente necessárias que tiveram que fazer para desenvolver seu negócio e cumprir as suas obrigações laborais, de todos os rendimentos tributáveis obtidos de acordo com os artigos 95 e 96 da Lei de Imposto de Renda , a base fiscal com o qual é calculado e determina a carga de imposto de renda não corresponde à capacidade real do imposto e contribuições para a segurança social. Isso impede que você lidar financeiramente para a carga tributária, uma vez que não é reconhecido pelo Financial e acumulação de riqueza de todos os custos incorridos efeito.

A atual Lei de Imposto de Renda contempla modificações que realmente não abordar as propostas expressas pelo próprio Estado e respectivos secretariados; pois esta é a base da reforma da lei, é importante analisar o conteúdo do preâmbulo da nova Lei de Imposto de Renda e os argumentos e considerações emitidas pelo executivo federal. Esta lei visa salvaguardar os contribuintes minimamente deste imposto, e considerando que o preâmbulo é conhecido como o espírito da lei, que contém o preâmbulo não é consistente com o texto da Lei de Imposto de Renda que -lo aprovado e está em vigor.

Argumentos descargas são os seguintes:

A estrutura do imposto de renda atual contém vários regimes preferenciais e tratamentos, exceto que geram distorções, subtrair neutralidade, equidade e simplicidade, e criar espaço para fraude e evasão fiscais, o que resulta em uma perda significativa de receitas fiscais.



Recorde-se que a intersecção entre a autoridade fiscal do Estado e do quadro dos direitos e liberdades do contribuinte fundamentais origina determinar um parâmetro que representa o mínimo de dignidade e auto-subsistência constitucionalmente protegidos, a fim de satisfazer as necessidades humanas mais básicas.

Segundo os critérios de emissão historicamente pelo Poder Judicial da Federação, o mínimo mínimo ou existencial vital, emana dos princípios da dignidade humana e da solidariedade, de acordo com o essencial para a vida, a integridade pessoal ea igualdade de direitos sob a forma de decisões de protecção especial às pessoas em manifesta necessidade.

A nova Lei de Imposto de Renda reconhece o mínimo vital, como uma projeção do princípio da proporcionalidade fiscal é uma garantia de indivíduos, em que ao projetar o objeto do imposto e identificar a capacidade ideal de contribuir, deve respeitar um limiar correspondente aos recursos necessários para a subsistência de pessoas.

Respeito ao mínimo existencial e do princípio da proporcionalidade imposto se reflete na nova Lei de Imposto de Renda proposto através de vários mecanismos fiscais, deduções e isenções, cuja lógica é a preservação das condições básicas e serviços sociais necessários para permitir as pessoas a levar uma existência digna.

Além disso, por mandato constitucional, o legislador deve respeitar os princípios constitucionais da generalidade, da legalidade, da igualdade e da proporcionalidade que rege o sistema fiscal mexicana e, sem prejuízo disso, aceitar que a vida mínimo impõe um limite à jurisdição fiscal do Estado mexicano de modo que não pode ser afetada recursos materiais necessários para as pessoas a levar uma vida digna.

Entre os elementos que devem ser considerados para melhorar a arquitetura do ISR é o restabelecimento do princípio da simetria fiscal. De acordo com a Corte Suprema de Justiça da Nação, simetria fiscal é um princípio da política fiscal, que define um link parâmetro entre os contribuintes eo equilíbrio entre receitas e despesas, de modo que se uma pessoa

moral ou legítimo o reconhecimento de renda que será tributado, o seu homólogo de fazer o pagamento, que gera a renda deve corresponder a uma dedução.

O espírito da nova Lei de Imposto de Renda prevê alguma forma de proteção dos direitos humanos e garantias subjacentes artigos 1 e constitucional 31, que mais tarde dirigiu claramente para avaliar se estes são realmente consideradas na nova Lei de Imposto de Renda .

Uma vez que é discutido no preâmbulo pelo Congresso (Câmara dos Representantes e Senado) foi fornecido para a criação da nova lei é feita. É importante destacar alguns dos princípios constitucionais que reconhecem os deputados federais:

Os direitos humanos são os seguintes:

Eles são universais, porque eles são para todas as pessoas, independentemente da sua origem, idade, raça, sexo, cor, política ou religiosa.

Eles são permanentes, porque eles não podem ser restringidas ou eliminadas; pelo contrário, elas evoluem para ser mais inclusivo.

Eles são progressivos porque eles satisfazer as necessidades pessoais e coletivas em transformação contínua, aumentar a mão de desenvolvimento social, cultural, económico e político das sociedades.

Eles são anteriores ao Estado ou a regra fundamental e, portanto, deve ser reconhecido pela Constituição e, no caso de reforma não pode ser afetado no escopo.

Portanto, pode-se notar que a diferença é que os direitos individuais são os limites do desempenho do poder público encarnada precisamente em um texto constitucional e que os direitos humanos estão acima e além do governo, portanto, embora não estão consagrados na constituição, o estado é obrigado a respeitá-los e protegê-los.

Nenhum destes argumentos foi considerado pelos deputados ou senadores, levando a uma nova Lei de Imposto de Renda vigor a partir de 1 de janeiro de 2014, que atualmente permanece o mesmo passou. A determinação da matéria colectável dos empregados de acordo com o disposto no Capítulo I do Título IV da Lei de Imposto de Renda em vigor, transgredir as disposições dos artigos 1, 31 e 123, seção IV da actual Constituição mexicana. Além disso, a lei não permite que você para calcular o imposto de renda a própria contribuinte (trabalhador), de modo que a obrigação de calcular e determinar os ISR movimentos expressam o empregador que faz o pagamento por tais serviços caminho. Conforme estabelecido no artigo 96 da Lei de Imposto de Renda: "Aqueles que fazem pagamentos de renda diferente ou conceitos que o capítulo I referidos são obrigatórios para fazer deduções e inteiros mensais, que devem ser considerados provisórios por conta do imposto anual" .

O artigo também observa que a retenção é calculado aplicando ao rendimento total obtido em um mês a tabela a seguir:

TARIFA MENSUAL

Límite inferior	Límite superior	Cuota fija	Por ciento para aplicarse sobre el excedente del límite inferior
\$	\$	\$	%
0,01	496,07	0,00	1,92%
496,08	4.210,41	9,52	6,40%
4.210,42	7.399,42	247,24	10,88%
7.399,43	8.601,50	594,21	16,00%
8.601,51	10.298,35	786,54	17,92%
10.298,36	20.770,29	1.090,61	21,36%
20.770,30	32.736,83	3.327,42	23,52%
32.736,84	62.500,00	6.141,95	30,00%
62.500,01	83.333,33	15.070,90	32,00%
83.333,34	250.000,00	21.737,57	34,00%
250.000,01	En adelante	78.404,23	35,00%

#### Tarifa del Art. 96 LISR

A determinação e cálculo do imposto de renda provisória para o empregado faz com que o empregador ou a pessoa que faz o pagamento para o serviço recebido. Dois exemplos de indivíduos que recebem rendimentos de salários e / ou assimilados aos salários, para identificar o imposto de renda recolhido no período de um mês civil são dadas.

Tabla No. 1 Cuadro comparativo del salario mensual de dos asalariados

CÁLCULO DEL ISR MENSUAL ART. 96 LISR

	LISR VIGENTE		INGRESO REAL		LISR VIGENTE		INGRESO REAL	
TRABAJADOR	1	%		%	2	%		%
INGRESOS POR SALARIOS	10 200.00	100	10 200.00		11 200.00	100	11 200.00	
GASTOS Y EROGACIONES INDISPENSABLES	3 000.00		3 000.00		3 000.00		3 000.00	
DEDUCCIONES AUTORIZADAS	-				-			
UTILIDAD REAL	7 200.00		7 200.00	100	8 200.00		8 200.00	100
UTILIDAD FISCAL O BASE GRAVABLE	10 200.00				11 200.00			
LÍMITE INFERIOR EXCEDENTE DEL LÍMITE INFERIOR	8 601.51		4 210.42		10 298.36		7 399.43	
TASA DE ISR ART. 96	1 598.49		2 989.58		1 901.64		1 800.57	
IMPUESTO MARGINAL	0.1792		0.1088		0.2136		0.16	
CUOTA FIJA	286.45		325.27		901.43		128.09	
ISR CAUSADO	786.54		247.24		1,090.61		594.21	
ISR CAUSADO	1				1			

	072.99	<b>10.5</b>	572.51	<b>7.9</b>	992.04	<b>17.7</b>	722.30	<b>8.8</b>
		<b>2</b>		<b>5</b>		<b>9</b>		<b>1</b>
INGRESO NETO								
MENOS EL ISR								
CAUSADO	9				9			
(LISR)	127.01				207.96			

A Tabela 1 mostra clara e inequivocamente que o imposto de renda devido para cada um dos empregados não corresponde à sua capacidade real de acordo com a renda total recebida menos despesas e despesas que teve de realizar, e que em uma vez que eles eram indispensáveis para a renda. No primeiro caso, um trabalhador recebe \$ 10 200,00 pesos mexicanos e feitas despesas necessárias no valor de US \$ 3 000,00 pesos mexicanos, mas como tem rendimentos de salários e vencimentos, a Lei do Imposto de Renda não permite-lhe reduzir os custos, embora este é essencial, portanto, a matéria colectável para determinação do lucro tributável é de R \$ 10 200,00 pesos mexicanos, mas realmente deve ser por US \$ 7 200,00 pesos mexicanos.

No segundo caso, o trabalhador ganhou renda mensal de \$ 11 200,00 pesos mexicanos e despesas incorridas e as despesas necessárias para a renda, no valor de US \$ 3 000,00 pesos mexicanos, neste caso sua capacidade de pagamento deve ser de US \$ 8 200,00 pesos mexicanos, atendendo os princípios fiscais consagrados na Constituição mexicana. Mas não é, porque a atual Lei de Imposto de Renda não reconhece tais deduções, tal como autorizado e, portanto, a base de tributação para o cálculo do imposto de renda é de R \$ 11 200,00 pesos mexicanos; neste último caso, o resultado do imposto de renda devido pelo contribuinte afecta a sua capacidade de pagar ainda mais, como evidenciado pelo exemplo. Entre os dois há uma diferença na renda bruta de US \$ 1 000,00 pesos mexicanos, mas, na realidade, de acordo com a taxa prevista no artigo 96 da Lei de Imposto de Renda em vigor, não é proporcional à diferença real de acordo com o seu rendimento líquido disponível para atender suas necessidades básicas, que é de US \$ 80,95 pesos mexicanos.

Esta é uma evidência do efeito sobre a economia pessoal e familiar da classe operária mexicana, e também viola o texto legal estabelecido nos artigos 1, 31, seção IV e 123 do parágrafo A, da Constituição mexicana. No primeiro caso transgride garantias individuais e os direitos humanos, é também claro que não há proteção do direito a um salário mínimo, todos contidos no artigo 1º da Constituição, onde se lê:

Nos Estados Unidos Mexicanos cada pessoa gozam dos direitos reconhecidos pela Constituição e tratados internacionais de que o Estado mexicano é uma festa, assim como garantias para a sua proteção, cujo exercício não pode ser restringida ou suspensão, exceto em casos e nas condições estabelecidas pela Constituição.

As regras sobre os direitos humanos devem ser interpretadas em conformidade com a Constituição e os tratados internacionais sobre o tema, favorecendo em todos os momentos para as pessoas, a proteção mais ampla.

Todas as autoridades, no âmbito das suas competências, têm a obrigação de respeitar, promover, proteger e garantir os direitos humanos, em conformidade com os princípios da universalidade, interdependência, indivisibilidade e da progressividade. Consequentemente, o Estado deve prevenir, investigar, punir e remediar as violações dos direitos humanos, nos termos estabelecidos pela lei.

A escravatura é proibida nos Estados Unidos Mexicanos. escravos estrangeiros que entram alcance do território nacional, por este fato por si só, liberdade e proteção das leis.

Qualquer discriminação em razão da origem étnica ou nacional, sexo, idade, deficiência, condição social, condições de saúde, religião, opiniões, preferências sexuais, estado civil ou qualquer outra discriminação que viole a dignidade é proibida humana e tem a intenção de anular ou prejudicar os direitos e liberdades das pessoas.

De acordo com o texto anterior, a Constituição mexicana protege amplamente a questão dos direitos humanos e garantias individuais, bem como tratados internacionais e outras leis aplicáveis a favorecer todos os cidadãos de tempo; também menciona a obrigação de todas as autoridades de respeitar, proteger e garantir esses direitos humanos, em conformidade com os princípios, no caso desta pesquisa básica são: universalidade e da progressividade.

Os princípios da universalidade e da progressividade contidas no artigo 1 da Constituição mexicana são fundamentais para compreender a extensão que eles têm no campo dos direitos humanos e garantias individuais respeito pelo estado mexicano. Por isso, é importante identificar os padrões normativos e interpretações que fazem mexicana instituições assunto; no portal internet da Comissão Estadual de Direitos Humanos, Jalisco, entende-se por:

O princípio da universalidade torna-se o reconhecimento da dignidade com todos os membros da raça humana, sem distinção de nacionalidade, credo, idade, sexo, preferências ou qualquer outro, de modo que os direitos humanos são vistos como privilégios que se aplicam a todos pelo simples fato de ser.

O princípio da progressividade estabelece a obrigação do Estado para gerar em cada momento histórico mais e melhor proteção e garantia dos direitos humanos, de modo que eles estão sempre evoluindo e sob nenhuma justificação no sentido inverso.

O mesmo texto do artigo estabelece que as regras sobre os direitos humanos devem ser interpretadas em conformidade com a Constituição e os tratados internacionais sobre o assunto em todos os momentos que favoreçam as pessoas a proteção mais ampla. Assim, dois outros importantes princípios deles derivados, como o *personae pro eo* princípio da interpretação coerente, que são explicadas abaixo.

O primeiro *personae Pro* atende à obrigação do Estado para aplicar o padrão mais amplo quando se trata de reconhecer os direitos humanos protegidos e, ao par, mais restrita a norma quando se trata de estabelecer restrições permanentes sobre o exercício dos direitos ou sua suspensão extraordinário.

Os dois princípios são franco sobre o estado deve sempre proteger os direitos e garantias dos governados, invariavelmente, de mudanças regulatórias em outras disposições legais, quer fiscal, mercantil, civil, entre outros, que podem causar danos ao e ganhou seus direitos reconhecidos pelo mais alto padrão legal mexicana.

Além disso, sobre o direito a um salário mínimo, isso não implica um dever de o legislador fiscal no sentido especificamente prever uma isenção, dedução ou qualquer mecanismo particular, uma vez que tem uma margem de livre configuração legislativa para o projeto sistema fiscal. Mas através de figuras como são você pode proteger o direito a um salário mínimo, o que deve representar um componente negativo impossível determinar a base, ligada diretamente com a capacidade contributiva de rendimentos do sujeito passivo ou sujeitos obrigados.

Segundo Fierro (2012), uma visão ampla da lei fundamental da vida mínimo significa garantir todas as medidas positivas ou negativas constitucionalmente, a fim de evitar a obrigação de pagar um imposto sujeito aparecem reduziu o seu valor intrínseco como um ser humano não tem as condições necessárias que lhes permitam viver com dignidade e mínimo. Esta na área de interpretação fiscal dos tribunais mexicanos têm afirmado o seguinte:

Tese mínimo Princípio Vital

Tesis: P. VI/2013 (9a.)	Gaceta del Semanario Judicial de la Federación Décima Época 159821 4 de 11
Pleno	Libro 1, Diciembre de 2013, Tomo I Pag. 135 Tesis Aislada(Constitucional)

Direito à sobrevivência. Em matéria de fiscalidade, tem motivos indicados no artigo 31, Seção IV, da Constituição Política do OS ESTADOS UNIDOS MEXICANOS

Embora a Suprema Corte de Justiça da Nação se pronunciou sobre o direito dos trabalhadores que recebem um montante equivalente ao salário mínimo, eles não são



impostas contribuições, nos termos do artigo 123 da Constituição, não deve perder ver que esta abordagem foi limitado a discernir os casos em que os trabalhadores não devem ver diminuída sua herança com descontos, sem tentar uma projeção de um tal critério a outros elementos do rendimento. Nesse sentido, o direito a um salário mínimo não é uma prerrogativa exclusiva da classe trabalhadora, e seu conteúdo estão esgotados para isentar do apego, a compensação ou desconto sobre o salário mínimo; pelo contrário, que exerce uma influência que transcende esta área e, no que diz respeito a questões tributárias, do artigo 31, inciso IV, da Constituição dos Estados Unidos Mexicanos.

Na verdade, as várias hipóteses desenvolvidas pelo Tribunal Constitucional relativa ao princípio da proporcionalidade fiscal pode apreciar que o direito a um salário mínimo, do ponto de vista fiscal, encontra apoio neste preceito constitucional e tem uma projeção mais ampla que corresponderia se se limitasse aos que ganhar a renda da prestação de um serviço pessoal subordinado. Assim, o referido direito é configurado como um guia para o legislador, em virtude do qual as contribuições devem se abster de impor determinados conceitos ou de renda, quando se trata de deixar a pessoa sem meios para sobreviver. Por conseguinte, como o direito a um salário digno na área da tributação é segurar em que o artigo 31, inciso IV, constitucional, pode-se afirmar que as disposições do inciso VIII do artigo 123 da referida ordem fundamental em A, no sentido de que o salário mínimo estão isentos de penhora, compensação ou desconto, não é nada, mas a manifestação desse direito, mais ampla projecção em questões de trabalho e, especificamente, no caso de trabalhadores que recebem o salário mínimo.

#### Direito à sobrevivência

Acreditamos que, como membro do referido princípio, constitui o direito à sobrevivência e esta linha de pensamento é pronunciada da Primeira Secção do Supremo Tribunal, quando afirma que o referido direito não só está contido nas garantias fiscais do artigo 31, seção CPEUM, mas também no 1, 3, 4, 6, 13, 25, 27 e 123 da Constituição e, como expressa o raciocínio substancial: "o gozo do mínimo vital é um orçamento sem a qual as cotas do centro do nosso ordem constitucional sem sentido, de tal forma que a intersecção entre o poder do estado e da rede de direitos e liberdades fundamentais é a determinação do mínimo de subsistência

digna e independente constitucionalmente protegida. Este parâmetro é o conteúdo do direito a um salário mínimo, o que, por sua vez, coincide com as habilidades, condições básicas e serviços sociais necessários para permitir que a pessoa a levar uma vida livre do medo e da grande quantidade de miséria, de modo para que o objeto do direito a um salário mínimo abrange todas as medidas positivas ou negativas essenciais para evitar que a pessoa olhar inconstitucionalmente reduziu o seu valor intrínseco como um ser humano por não ter as condições materiais que lhes permitam levar uma existência digna. Assim, esta lei visa garantir que a ordem jurídica da pessoa -Center não se torne um instrumento para outros fins, objetivos, propósitos, bens ou interesses, importantes ou valiosos que são. " DIREITO DE ORDEM MÍNIMO VITAL NO constitucional mexicana. Nono Período, Judicial da Federação e seu Diário XXV, maio de 2007, p. 793. Tese: 1a. XCVII / 2007.

Não menos importante é o começo Pro Homine, um critério hermenêutico que informa toda a estrutura dos direitos humanos e as demandas assistir o padrão mais amplo ou a interpretação mais alargada quando se trata de reconhecer direitos protegidos; e com a norma ou a interpretação mais restritiva quando se trata de estabelecer restrições ao seu exercício.

#### A PESSOA PRO PRINCÍPIO

Trata-se de direitos fundamentais mais amplos, que está previsto no n.º 2 do artigo 5º do referido Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, em conjugação com o artigo 29 da Convenção Americana sobre proteção dos direitos humanos. É importante notar que este princípio é estabelecida pelo segundo parágrafo do artigo 1, CPEUM, quando diz: "As regras sobre os direitos humanos devem ser interpretadas em conformidade com a Constituição e os tratados internacionais de matéria favorecendo em todos os momentos as pessoas a proteção mais ampla "e, portanto, corrobora o Supremo Tribunal, afirmando que" o fato de que a Constituição prevê expressamente a persona pro princípio é de importância incomum, pois dá o tom para exercer o controle de convencionalidade e carrega o mandato da sua aplicação não só para aqueles que administram a justiça, mas para as pessoas envolvidas no processo legislativo e políticas públicas. No entanto, este

critério hermenêutico não era estranho ao sistema de interpretação antes que a reforma constitucional "(The Pro pessoa princípio, o Supremo Tribunal de Justiça do Programa de Equidade de Gênero Nation.).

Passos para exercer um controlo ex officio direitos humanos convencionalismo. "O Judiciário exercer um controlo ex officio direitos humanos convencionalidade, deve executar as seguintes etapas: a) Interpretação da forma mais ampla o que significa que os juízes -No país como a todas as outras autoridades do Estado Mexicano- deve interpretar a ordem jurídica à luz e em conformidade com os direitos humanos reconhecidos na Constituição e nos tratados internacionais de que o Estado mexicano é uma festa, em todos os momentos que favoreçam aqueles com a mais ampla proteção; b) Interpretação em conformidade com rigor, o que significa que quando existem várias interpretações legalmente válidas, os juízes devem, com base na presunção de constitucionalidade das leis, preferem um que faz a lei de acordo com os direitos humanos reconhecidos na Constituição e em tratados internacionais de que o Estado mexicano é um partido, para evitar a influência ou minar o conteúdo essencial desses direitos; e, c) Não aplicação da lei, quando as alternativas acima não são possíveis. Isso não afeta ou romper com a lógica dos princípios da separação de poderes e federalismo, mas reforça o papel dos juízes de ser o último recurso para garantir a primazia e a aplicação efectiva dos direitos humanos estabelecidos na Constituição e tratados internacionais de que o Estado mexicano é uma festa. PASSOS NO CONTROLE DA ex constitucional e convencionalidade officio DIREITOS HUMANOS [AT]; 10-A. tempo; plenário; S.J.F. e os seus Gazette; Livro III, dezembro de 2011, Volume 1, p. 552.

Este princípio é corroborada pela Quarta Collegiate Tribunal em matéria administrativa do primeiro circuito, definindo: o princípio pro homine. Aplicação é obrigatória. O princípio pro homine implica que a interpretação jurídica deve sempre procurar o maior benefício para o homem, isto é, que deve ser feito para a regra mais ampla ou interpretação ampla quando se trata de direitos protegidos e, por outro lado, o padrão ou interpretação mais restritiva quando se trata de estabelecer limites ao seu exercício, referida no artigo 29 da Convenção americana

sobre Direitos Humanos e 5 do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, publicada no Diário Oficial sete e Maio de vinte em 1981, respectivamente. No entanto, como estes tratados são parte da lei suprema da União, nos termos do artigo 133 da Constituição, é evidente que este princípio deve ser aplicado obrigatoriamente. [TA]; 9A. tempo; T.C.C.; S.J.F. e os seus Gazette; XXI, Fevereiro de 2005; p. 1744.

Weekly Judicial da Federação e sua Gazette. Tempo décimo, Livro XXVI, Novembro de 2013, Volume 2, p. 1383 Tese isolado (constitucional).

PRINCÍPIO PERSONAE PRO. Coerentes com a sua interpretação pelo Tribunal Supremo da Nação e da Corte Interamericana de Direitos Humanos, no processo ou acórdãos em que, além de as autoridades do Estado, que envolvem pessoas (partes) INTERESSES oposto ao APLICAM assegurando TODOS ESTES DIREITOS HUMANOS E rESPEITADO não são apenas a CANDIDATO PARA SUA PROTEÇÃO DE.

Consistente com a interpretação de que o pro personae princípio fez com que o Supremo Tribunal de Justiça da Nação, derivado da tese de 1a. XXVI / 2012 (10a.), Publicado no Weekly Judicial da Federação e sua Gazette, décima vez, Livro V, Volume 1, Fevereiro de 2012, p. 659, sob o título: "PRINCÍPIO DE CONTEÚDO PERSONAE PRO E ÂMBITO DOS DIREITOS HUMANOS PARA VARRER a partir daí.". E a Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso de Mapiripán versus Slaughter Colômbia (mérito, reparações e custas, parágrafo 106), é identificado genericamente com uma protecção eficaz do indivíduo e deriva da bem objetivo e finalidade da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, que, nas palavras do próprio Tribunal Inter é inspirada por valores comuns superiores, com foco na protecção do ser humano é dotado de mecanismos específicos de supervisão, aplicadas de acordo com o conceito de segurança coletiva, estabelece obrigações essencialmente objetiva e tem uma natureza especial que a diferença todos os outros tratados. Portanto, no processo ou julgamentos que são, além de entidades estaduais, pessoas envolvidas (partidos), com interesses opostos, como o amparo, que envolveu a autoridade responsável queixoso eo maioria dos casos, há um terceiro

lesado ou de terceiro, o princípio *pro personae* deve ser aplicada para garantir que todos os direitos humanos das pessoas sejam respeitados e não apenas aqueles que procuravam a sua protecção. OK caso contrário, ou seja, que, a fim de proteger os direitos de apenas uma das partes no julgamento infringido o inerente para o outro seria viciar o objectivo prosseguido pelo princípio enunciado, que não é outro senão a protecção e mais extensão na protecção dos direitos humanos como critério hermenêutico e segurança coletiva.

## SEGUNDA COLLEGIATE TRIBUNAL ADMINISTRATIVO NO QUARTO DO CIRCUITO

O principal objetivo do *Pro Homine*, é fornecer a maior protecção ao indivíduo, garantindo o pleno gozo dos seus direitos humanos.

É essencial para a interpretação e aplicação das regras, especialmente nos casos em que as regras da escuridão restringem qualquer possibilidade de direitos humanos; conseqüentemente, a utilização do princípio torna-se mais importante. Assim, a aplicação do *pro homine* pelos operadores jurídicos, como uma regra de interpretação dos direitos humanos torna-se uma garantia para a protecção.

Além disso, o artigo 31, inciso IV, da Constituição, afirma o seguinte.

As obrigações de mexicanos:

IV. Contribuir para a despesa pública e da Federação e os Estados, Cidade do México e do município em que residem, de forma proporcional e equitativa prevista em lei.

A partir desta fracção a base jurídica da maneira como eles contribuirão todos os mexicanos destacando os princípios da proporcionalidade e da equidade é claro, os dois ligados diretamente com a capacidade de pagamento ou imposto de que o devedor tem que pagar impostos causado. Para compreender claramente a importância dos dois princípios fiscais consagrados na Constituição mexicana, você precisa ser analisada considerando os critérios de tribunais federais responsáveis para fazer cumprir as leis.

### Princípio da proporcionalidade

"Proporção é o fornecimento, a conformidade ou correspondência devido às partes de uma coisa com todas as coisas relacionadas ou entre si." Para Jimenez (2014), a proporcionalidade é a distribuição correta entre as taxas, encargos ou taxas sob as leis fiscais e capacidade económica dos contribuintes tributados por ele.

Estou de acordo com essa definição como o pagamento da contribuição do imposto de renda devem estar em proporção direta com a capacidade de contribuir, uma vez que os custos diminuíram e as despesas essenciais e estabelecido na lei, sem distinção em si.

O princípio da proporcionalidade é estruturado dentro da lei fiscal e serve os três elementos seguintes:

- A capacidade económica dos cidadãos, de modo que cada contribuir qualitativamente em termos de que a capacidade.
- A participação justa e adequada dos rendimentos, lucros ou rendimentos recebidos por cada causa como um fator determinante para a definição da base tributária.
- As fontes de riqueza no país disponíveis, dentre os quais devem ser distribuídos de forma equilibrada todos os encargos fiscais, a fim de que não só apoiar um ou dois completo.

No que respeita à capacidade de pagamento, os contribuintes devem contribuir para a despesa pública em função das suas capacidades económicas e contribuir para a partilha justa e adequada Tesouro dos seus rendimentos, lucros ou retornos.

As taxas devem estar de acordo com a capacidade económica: as pessoas com rendimentos mais elevados são tributados a mais elevada do que recursos de médio e qualitativamente reduzidos.

O princípio da equidade, de acordo com o seu sentido aristotélico, significa "a aplicação da justiça em casos individuais, é obtido por tratamento igual ao igual e desigual aqueles que não estão em igualdade de circunstâncias."

Em conclusão, a igualdade é de todos os sujeitos passivos do mesmo imposto à mesma lei; em tais condições devem receber o mesmo tratamento em relação à hipótese de causalidade, a acumulação do lucro tributável, deduções permitidas, condições de pagamento, etc., de modo que apenas as taxas de imposto aplicáveis variam de acordo com a capacidade económica. Equidade atende a igualdade na regulação de todos os componentes do imposto ou contribuição, exceto para taxas, taxas ou mensalidades.

O princípio da equidade reside igualdade medular de todos os contribuintes no mesmo imposto perante a lei fiscal, que em tais condições devem receber o mesmo tratamento em matéria de deduções permitidas, porque nenhuma licença ou uma dedução do rendimento tributável das causar para determinar o imposto de renda, obviamente, afeta o montante do imposto a pagar.

O artigo 123, parágrafo A da Constituição estabelece conclusivamente que os trabalhadores têm direito ao trabalho remunerado decente de acordo com as atividades realizadas. Para confirmar estes direitos são definidos literalmente frações e cláusulas que ajudam nesta investigação:

Toda pessoa tem direito ao trabalho decente e socialmente útil; finalidade, criação de emprego e da organização social do trabalho deve ser promovida, em conformidade com a lei.

O Congresso da União, sem violar as seguintes regras devem emitir leis trabalhistas, que governam:

A. Trabalhadores, diaristas, empregados domésticos, artesãos e de uma forma geral, todos os contratos de trabalho:

- I. A duração do dia de trabalho máxima é de oito horas.
- II. A duração máxima do trabalho nocturno é de 7 horas. Eles são proibidos: trabalho insalubres ou perigosas, trabalho nocturno industrial e todo o trabalho depois das dez horas da noite, a menores de dezesseis anos;

**III.** o uso de trabalho infantil é proibido quinze anos. Aqueles acima desta idade e menores de dezesseis anos terão um dia de trabalho máximo de seis horas.

**IV.** Para cada seis dias de trabalho, o operador deve desfrutar de um dia de descanso, pelo menos.

**VI.** salários mínimos que os trabalhadores devem desfrutar vai ser geral ou profissional. O primeiro rege nas áreas geográficas a determinar; este último será aplicada em determinados ramos de actividade económica ou profissões, ocupações ou trabalhos especiais. O salário mínimo não pode ser utilizado como um índice, a unidade, de base, ou como referência para fins estranhos à sua natureza.

O salário mínimo geral deve ser suficiente para satisfazer os requisitos normais de um chefe de família no material, ordem social e cultural, e para obter a escolaridade obrigatória das crianças. salários mínimos profissionais são fixadas considerando também as condições das diferentes actividades económicas.

Os salários mínimos são fixados por uma comissão nacional composta por representantes dos trabalhadores, empregadores e governo, que pode ser assistido por comités consultivos especiais que considere necessárias para o bom desempenho das suas funções.

**VII.** Para trabalho igual deve ser igual salário, sem distinção de sexo ou nacionalidade.

**VIII.** O salário mínimo estão isentos de penhora, compensação ou desconto.

**X.** Os salários devem ser pagos concurso precisamente legal e não serem autorizados a sacar com os bens ou com vales, fichas ou qualquer outro sinal representativo que se destina a substituir a moeda.

**XI.** Quando, devido a circunstâncias excepcionais devem aumentou as horas do dia, ele será pago como salário por mais de 100% mais tempo do que o



conjunto de horas normais. Em nenhum caso extra deve exceder três horas por dia ou três vezes seguidas. Sob dezesseis anos, eles não serão admitidos a este tipo de trabalho.

**XIII.** Empresas, independentemente da sua actividade, devem ser obrigados a fornecer aos seus trabalhadores, formação ou formação profissional. A lei reguladora deve determinar os sistemas, métodos e procedimentos.

**XXIII.** Créditos em favor dos trabalhadores por salários ou salário auferido no último ano, e compensação, terá precedência sobre qualquer outro em caso de insolvência ou falência.

Este último artigo alguns direitos constitucionais e as condições de trabalho que protejam os trabalhadores de salvamento, garantindo tratamento digno e, acima de tudo, um salário que é suficiente para suportar os custos básicos para sobreviver o trabalhador e seus dependentes familiares.

A Constituição espanhola também reconhece certos direitos humanos e garantias individuais legais concedidos aos seus cidadãos, entre os quais estão os seguintes itens:

Artigo 14. Os espanhóis são iguais perante a lei, não pode haver nenhuma discriminação em razão do nascimento, raça, sexo, religião, opinião ou qualquer outra condição ou circunstância pessoal ou social.

Artigo 31. Todos contribuirão para sustentar a despesa pública de acordo com a sua capacidade económica através de um sistema tributário justo inspirado nos princípios da igualdade e da progressividade que em nenhum caso deve ser prevista a possibilidade de confisco.

A despesa pública deve fazer uma distribuição equitativa dos recursos públicos, e sua programação e execução em conformidade com critérios de eficiência e economia.

Eles podem ser estabelecidas somente as contribuições pessoais ou propriedades para fins públicos sob a lei.

Artigo 39. As autoridades públicas assegurar a protecção social, econômica e jurídica da família.

As autoridades públicas do mesmo modo garantir a protecção integral das crianças, que são iguais perante a lei, independentemente da sua filiação, e das mães, independentemente do seu estado civil. A lei permitirá a investigação de paternidade.

Os pais devem prestar assistência de todos os tipos para as crianças nascidas dentro ou fora do matrimônio, durante sua minoria e em outros casos em que legalmente competentes.

A criança goza de protecção ao abrigo de acordos internacionais de salvaguarda dos seus direitos.

Artigo 40. As autoridades públicas devem promover condições favoráveis para o progresso social e económico e para uma distribuição mais equitativa no âmbito de uma política de estabilidade econômica renda regional e pessoal. Em particular, eles irão realizar uma política de pleno emprego.

Da mesma forma, as autoridades públicas devem promover uma política que garanta a formação profissional e reconversão profissional; Eles garantir a saúde ea segurança no trabalho e garantir o descanso necessário, limitando a jornada de trabalho, férias remuneradas periódicas e promoção de centros adequados.

De acordo com os artigos constitucionais de Espanha mencionado acima, certos regulamentos legais que protegem identificar e garantir os direitos humanos dos cidadãos espanhóis, independentemente de eles estão dentro ou fora do território espanhol, além da constituição espanhola em si oferece os argumentos jurídicos estabelecidos no declaração universal dos direitos humanos apoiada pelas Nações Unidas, bem como as contidas no Pacto Internacional sobre os direitos Económicos, Sociais e culturais, também reconhecida pela Organização das Nações Unidas. O México é também parte de ambos os acordos internacionais.

De acordo com as regras fiscais espanholas, o imposto sobre a renda atual para 2016 aplicados em território espanhol, concede aos trabalhadores determinadas deduções que,

como todo cidadão executa na família, favorecem de alguma forma reduzindo-os significativamente a base de tributação para a determinação do imposto a pagar, também têm uma redução de até 3 700 € aproximadamente equivalente a \$ 92 500,00 pesos mexicanos, para os quais não pagam nenhum imposto de renda.

A Constituição colombiana reconhece que as pessoas devem ter a garantia da segurança de vida, a convivência, trabalho, justiça, igualdade, conhecimento, liberdade e paz, Título II, dos Direitos, Garantias e Deveres, Capítulo II, De direitos fundamentais, o artigo 25: "O trabalho é um direito e uma obrigação social e goza, em todas as suas formas, a proteção especial do estado. Todos têm direito a um emprego em condições dignas e justas".

Dado o sentido de igualdade de todos os colombianos, que tem o direito a um trabalho digno que contribui para obter uma boa qualidade de vida, nós queremos saber: O governo gera e promove a igualdade de direito de viver com dignidade, com esforço de trabalho? Do ponto de vista livre, podemos dizer que as circunstâncias políticas e econômicas de um país limitar o cumprimento de uma constituição que está fora uma realidade e que não tenha gerado o campo apropriado para incentivar a acima, portanto, é a reforma constitucional urgente uma vez que a actual constituição da Colômbia data de 20 de julho de 1991, data em que sua segunda versão foi corrigido.

Na Colômbia, a classe trabalhadora é reconhecido na lei de imposto de renda diminuindo a base de cálculo desse imposto, que inclui o custo da hospitalização e medicamentos tanto trabalhador, cônjuge, filhos e até mesmo irmãos que têm algum deficiência física ou psicológica, entre outros; Desta forma, o Estado visa garantir os direitos reconhecidos na Constituição e na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

De acordo com a análise de Fierro (2012) de sentenças emitidas pela Corte Constitucional da Colômbia sobre a natureza do Estado social e sua relação com os direitos humanos, independentemente do seu âmbito de aplicação, seja civil, fiscal, penal, etc. , destaca o seguinte:

- O direito à subsistência.
- Estado Social de Direito, a dignidade humana e o direito a um salário digno.
- Igualdade de oportunidades e tratamento favorável fraco.
- Regra social de direito e constituição económica.
- O direito fundamental à vida com dignidade.
- Mínimo e salário mínimo vital, entre outros.

Todos os direitos acima favorecem a protecção dos direitos individuais e os direitos humanos dos cidadãos, com um salário decente e suficiente para assegurar a sua dignidade e seu direito à subsistência linha da pobreza.

### **Conclusões**

No geral, as garantias consagrados nos artigos 1, 31 inciso IV e 123, no parágrafo A, da Constituição mexicana estabelece os direitos mínimos dos trabalhadores ao abrigo de um contrato de trabalho, porque, na sua secção IV, segundo parágrafo estabelece que "o salário mínimo geral deve ser suficiente para satisfazer os requisitos normais de um chefe de família no material, ordem social e cultural, e para obter a escolaridade obrigatória das crianças", enquanto o artigo 308 do Código Civil Federal no capítulo 3 do título VI, ele afirma que "alimentos incluem alimentos, roupas, quarto e assistência em casos de doença."

No que diz respeito às crianças, a comida ainda compreender as despesas necessárias para o credor o ensino primário, e para fornecer um ofício, arte ou profissão honesta e adequada ao seu sexo e circunstâncias pessoais ", é importante que a observação como um trabalhador empregado é confrontado com a tarefa de fornecer a sua família e dependentes a oportunidade de satisfazer as necessidades básicas, mesmo se estabelecido na Constituição mexicana e garantem consagrado no reconhecimento de vários artigos para ter uma dieta nutritiva e qualidade suficientes, é também uma obrigação do estado de garantir que, protecção da saúde, habitação decente e digna, recreação saudável para crianças, acesso à cultura e, acima de tudo, a garantia à educação, consagrado no artigo 3 da Constituição. Como você pode ver, existem muitos direitos e garantias dos mexicanos, mas como aplicá-las quando os trabalhadores de renda são desproporcionalmente afectadas pela

legislação fiscal, especialmente pela Lei do Imposto de Renda, impedindo-o de atingir os objetivos por diferentes leis que protegem os direitos dos trabalhadores e suas famílias?

Por seu lado, a Declaração Universal dos Direitos Humanos no artigo 23, parágrafo 3 afirma que: "Quem trabalha tem direito a uma remuneração equitativa e satisfatória garantindo para si e sua família, uma existência dignidade humana e será completada, se necessário, outros meios de proteção social. " Enquanto o numeral 25, inciso 1, afirma que: "Toda pessoa tem direito a um padrão de vida adequado para si e sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação , assistência médica e serviços sociais necessários; Ele também tem o direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle ".

No mesmo contexto, é o Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais, como parte de três do artigo 7 °, A, afirma que: "Os Estados Partes do presente Pacto (incluindo o México) reconhecer o direito de todos ao gozo de condições justas e favoráveis de trabalho que garantam, em especial:

a) Remuneração que proporcione, pelo menos, a todos os funcionários:

i) Salários justos e uma remuneração igual para trabalho de igual valor, sem distinção de qualquer espécie; em particular, devem assegurar condições mulheres não inferiores às dos homens, com salário igual para trabalho igual trabalho;

ii) Uma existência decente para eles e suas famílias sob as disposições da existência presente Pacto;

E no artigo 11 da Convenção estabelece que: 1. Os Estados Partes do presente Pacto reconhecem o direito de todos a um padrão de vida adequado para si e sua família, incluindo alimentação, vestuário e habitação, e para a melhoria contínua as condições de existência. Os Estados Partes devem tomar as medidas adequadas para assegurar a realização deste direito reconhecendo para este efeito a importância essencial da cooperação internacional fundada no livre consentimento.

Após estas observações decorrentes dos instrumentos internacionais, emitidos por uma organização internacional, também do México faz parte, como a ONU, faz mais sentido que aponta no carácter desproporcionado e injusto na consagrado no artigo 31 obrigação, fração de quarto de nossa Constituição, mencionado no tempo diferente deste trabalho e também contraditório que a autoridade não observaram que, após as alterações à nossa Constituição, no artigo 1º do referido sistema levanta direitos humanos ao nível de segurança constitucional, em conjunto com o artigo 133 da mesma lei, que afirma que a lei suprema do nosso país são a Constituição, as leis do Congresso da União que emanam da mesma, e todos os tratados que concordam com ele, concluiu que eles são mantidos pelo Presidente da República, com aprovação do Senado. Portanto, devemos considerar a ideia de que os direitos fundamentais dos trabalhadores são violados na proporção daqueles que realizam as mesmas atividades, mas sob outras figuras reconhecidas pela Lei de Imposto de Renda.

Claramente contida na Constituição mexicana e em tratados internacionais assinados pelo México sobre a questão dos direitos humanos e garantias individuais ligados com os princípios da proporcionalidade e da equidade fiscal, não são cobertos pela Lei do Imposto de Renda em vigor, porque a lei em questão não trata de forma real a capacidade contributiva dos trabalhadores, não permitindo que qualquer dedução à matéria colectável que tem de pagar o imposto, isso resulta em uma participação financeira na economia do trabalhador e da sua própria família e impede o satisfação das necessidades básicas de alimentação, vestuário, habitação, saúde, todos os direitos reconhecidos pelo princípio, pelo menos, que qualquer soberado estado vital deve dar governados.

## Bibliografía

- Carraco, I. Hugo (2006). *Derecho Fiscal Constitucional*. México, Editorial Oxford.
- Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos (2016). México, Editorial Ediciones Leyenda S.A.
- Fierro, F. Ana (2012). *Derechos humanos, derechos fundamentales y garantías individuales*. México, Editorial Oxford.
- Jiménez, G. Antonio (2014). *Curso de derecho tributario*. México, Editorial Tax Editores.
- Prontuario Fiscal (2016). México, Editorial Cengage Learning.
- Reyes, A. Rigoberto (1990). *Elementos básicos de derecho fiscal*. México, Editorial UdeG.